



**Processo nº** 12278.000175/2008-10  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **2003-000.465 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Turma Extraordinária**  
**Sessão de** 28 de janeiro de 2020  
**Recorrente** ELIZABETH BORGES DOS SANTOS PONTES  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Ano-calendário: 2003

DESPESAS MÉDICAS. GLOSAS. RECIBOS MÉDICOS. COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS.

Em homenagem ao princípio da verdade material, os recibos firmados por profissionais médicos, quando se coadunam com a verossimilhança das alegações e com todo o conjunto probatório, podem afastar as glosas efetuadas, a critério, todavia, da Administração Fiscal, que atua, nesse sentido, no âmbito da discricionariedade.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para acatar as despesas com Kamila Nery Dias, de R\$ 4.500,00 (fls. 71-72) e o recibo acostado à fl. 16, no valor de R\$ 883,00 do profissional Gustavo Telesi Galafassi (fl. 70).

(assinado digitalmente)

Raimundo Cássio Gonçalves Lima – Presidente

(assinado digitalmente)

Sara Maria de Almeida Carneiro Silva – Redatora *ad hoc*

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Gabriel Tinoco Palatnic (Relator), Wilderson Botto, Sara Maria de Almeida Carneiro Silva e Raimundo Cássio Gonçalves Lima (Presidente).

## Relatório

**Como Redatora *ad hoc*, sirvo-me da minuta de relatório inserida pelo Relator no diretório oficial do CARF, a seguir reproduzida.**

Cuida-se de notificação de lançamento exarada pela Administração Fiscal às fls. 20-25, em que se apurou, em face da contribuinte acima identificada, crédito tributário a suplementar no valor total de R\$ 17.392,49, pela dedução indevida de despesas médicas e com instrução, relativamente ao ano-calendário de 2003.

Impugnação oferecida pela própria às fls. 2-3, em que a contribuinte alegou, em síntese, que não recebeu intimação da autoridade fiscal para apresentar documentos, e impugnou as glosas consignadas, tanto em relação a despesas com dependentes quanto as com profissionais médicos. Juntou, ainda, documentos às fls. 4-17.

Sobreveio acórdão de primeira instância, prolatado às fls. 38-43, que, por unanimidade de votos, julgou parcialmente procedente a impugnação, reduzindo a exigência tributária para o valor de R\$ 6.593,12, sem contabilizar a incidência de juros e multa de ofício.

Ainda inconformada, interpôs o competente recurso voluntário (fls. 53-65), em que sustentou, em suma, que os dependentes (filho, pai e mãe) foram assim declarados regularmente, e que os documentos juntados nesta oportunidade comprovam os desembolsos a título de despesas médicas.

Autos, por fim, encaminhados a esta egrégia Seção de Julgamento (fl. 77), para decisão do colegiado de segunda instância, com as homenagens de praxe.

É o relato do essencial.

## Voto

Conselheira Sara Maria de Almeida Carneiro Silva, Redatora *ad hoc*.

**Como Redatora *ad hoc*, sirvo-me da minuta de voto inserida pelo Relator no diretório oficial do CARF, a seguir reproduzida, de sorte que o posicionamento adotado não necessariamente tem a aquiescência desta Conselheira.**

Conheço, de antemão, o recurso interposto, tendo em vista que a contribuinte foi regularmente cientificada da decisão de piso no dia 06/9/2010 (fl. 45), e formalizou sua irresignação em 03/9/2010 (fl. 53), sendo, portanto, tempestivo.

Sem questões preliminares a serem analisadas.

No mérito, a pretensão merece prosperar, mas somente em parte.

Com relação às deduções com dependentes, é fato incontrovertido que os pais da contribuinte, João Lima dos Santos e Eunice Borges dos Santos, não podem ser declarados dependentes da contribuinte, porque aquela apresentou, no período, declaração própria, no modelo completo, e esta foi declarada como tal pelo contribuinte Jair Borges dos Santos, conforme fundamentado pelo acórdão de primeira instância (fl. 40). Assim, as declarações firmadas às fls. 66 e 67 não possuem a autoridade de fazer ilidir a previsão expressa no art. 35, § 4º, da Lei 9.250/1995, que dispõe:

*"É vedada a dedução concomitante do montante referente a um mesmo dependente, na determinação da base de cálculo do imposto, por mais de um contribuinte."*

Quanto ao filho da contribuinte, Marcantônio Medeiros de Assis Junior, não foi comprovada, nesta fase processual, a condição de estudante de ensino superior ou de escola técnica de segundo grau, o que se demonstraria facilmente com declaração de matrícula; assim, a declaração firmada pelo próprio dependente (fl. 69), por óbvio, não satisfaz a exigência contida no art. 35, § 1º, do RIR/1999, essa glosa também deve ser mantida.

A declaração do senhor Geraldo Jose de Araujo (fl. 68) apenas demonstra a existência de contrato de locação entre este terceiro e a mãe da contribuinte, e não possui qualquer aptidão tributária apta a influir neste julgado.

Quanto às despesas médicas, como a declaração firmada pelo profissional Gustavo Telesi Galafassi (fl. 70) esclarece que o tratamento foi realizado pela contribuinte, e não em favor de um de seus dependentes irregularmente declarados, entendo que o recibo acostado à fl. 16, no valor de R\$ 883,00, deve ser considerado regular para fins de afastamento da glosa.

Melhor sorte, todavia, não assiste à contribuinte em relação à declaração firmada pela profissional Kamila Nery Dias, de próprio punho (fls. 71-72), eis que, como menciona tratamento estético (clareamento dental) e colocação de três próteses, somado ao fato de que os recibos às fls. 8-11 apenas aludem, genericamente, a "tratamento odontológico", não podem ser consideradas regulares, a teor do disposto no art. 8º, § 2º, inciso II, da Lei 9.250/1995, e art. 80, inciso V, do RIR/1999, respectivamente.

Por derradeiro, os demais recibos acostados aos autos, dos profissionais Júlia Mara Orfali e Custódio Dias Neto (fls. 3-7 e 12-15) não foram objeto de complementação probatória pela contribuinte, que recorreu genericamente neste ponto; assim, essas glosas também ser mantidas.

Ante o exposto, voto por conhecer do recurso e, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto em epígrafe.

(assinado digitalmente)

Sara Maria de Almeida Carneiro Silva (voto de Gabriel Tinoco Palatnic)